



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,32% São Paulo	124.495 121.407 31/5 3/6 4/6 5/6	R\$ 5,297 (+ 0,23%) 29/maio 5,208 31/maio 5,250 3/junho 5,234 4/junho 5,285	R\$ 1.412	R\$ 5,761	10,40%	10,39%	Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38

Impactos da

Reforma Tributária

na Economia e na Segurança Pública

Aumento de imposto favorece mercado ilegal

Autoridades e especialistas afirmam que uma eventual oneração dos preços de produtos pode estimular a pirataria e a ilegalidade

» RAFAELA GONÇALVES

Um aumento da taxaçoão com a regulamentação da reforma tributária pode estimular o mercado de produtos ilegais. Os impactos do novo regime tributário na economia e na segurança pública foram tema do *CB.Fórum*, evento realizado pelo **Correio Braziliense**, em parceria com o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), que reuniu autoridades e especialistas para debater o enfrentamento da pirataria.

A elevação dos preços dos produtos aumenta, consequentemente, a participação do mercado ilegal. Foi o que afirmou o presidente do FNCP, Edson Vismona, na abertura do evento. “Um aspecto que, muitas vezes, pode estar fora do radar é o impacto da reforma tributária na segurança pública”, frisou.

“O mercado ilegal torce para que haja aumento de impostos, porque com aumento de impostos o produto legal vai ficar mais caro. Essa é a grande mola propulsora da ilegalidade. O produto legal fica mais caro e, com isso, o ilegal assume o espaço do legal, é perversa essa equação”, avaliou Vismona.

A maioria dos consumidores recorre ao produto ilegal por ele ser mais barato. De acordo com o presidente do FNCP, é possível identificar setores em que a ilegalidade não é mais marginal, ela se tornou protagonista. O caso do cigarro é um exemplo brutal.

Ao dar um panorama sobre esse mercado, ele mencionou dados do Disque Denúncia do Rio de Janeiro, que apontaram que 40% das cidades fluminenses têm áreas onde é proibida a venda do cigarro legal. “É um monopólio do crime e uma afronta ao Estado. Isso se dá em outros produtos, como combustíveis, gás e distribuição de energia.”

Segundo Vismona, o mercado ilegal vem sendo favorecido pelo não pagamento de impostos e se fortalecendo. Isso está financiando organizações criminosas e milícias. “Estamos preocupadíssimos. Caso ocorra maior oneração com a reforma tributária, o ilegal vai se aproveitar disso. O crime e as milícias estão sendo financiados por essas práticas”, afirmou.

Conscientização

Em sua participação, antecedendo o início do primeiro painel, o secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), Andrey Corrêa, destacou ser preciso mudar a mentalidade do consumidor em relação aos produtos piratas. “Há muito tempo se reproduz ‘não consuma pirataria, que o barato sai caro’. Eu acho que a gente precisa avançar com essa frase e colocar para a população que, se você comprar o pirata, estará financiando diretamente organizações criminosas”, ressaltou.

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Caso ocorra maior oneração com a reforma tributária, o ilegal vai se aproveitar disso. O crime e as milícias estão sendo financiados por essas práticas”

Edson Vismona, presidente do FNCP

Corrêa acrescentou: “Se essa mensagem não for passada de forma direta para a população, a gente não consegue o trabalho de conscientização que almeja para avançar em um mercado mais legal, que preserve a concorrência leal entre os atores e que também fomenta o setor produtivo”.

Para o secretário, alguns setores demandam mais atenção, como o de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos e cosméticos, que são produtos que afetam diretamente a saúde do consumidor. “Com relação aos medicamentos, é impressionante. Você tem um medicamento lançado em um dia e, no outro dia, já se tem a ocorrência dele ilegal aqui no país”, relatou. “A questão do cigarro é a mesma coisa. Tanto o cigarro como o combustível têm servido de pedra fundamental para a manutenção de organizações criminosas.”

Segundo Corrêa, a parceria entre poder público e privado é essencial para o enfrentamento à pirataria. “O combate ao mercado ilegal, à pirataria e à sonegação fiscal só ocorre de forma eficiente se houver uma sinergia entre o público e o privado e que se busque trabalhar nas convergências, que são muitas, entre a sociedade civil organizada e o Estado”, disse. “Fomentar a inteligência, a troca de informações e criar um fórum específico para que essas informações fluam de forma constante e segura é essencial para que qualquer política pública de combate ao crime tenha êxito neste país”, acrescentou.

Parlamentares apontam desafios da regulamentação

» ROSANA HESSEL
» ALINE BRITO

A reforma tributária, aprovada em 2023 pelo Congresso, ainda precisa ser regulamentada pelo Legislativo e, com o andamento do processo, o cidadão vai perceber que, quanto mais pesado é o Estado, mais elevada é a carga tributária. A avaliação é do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da Maioria no Parlamento e relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que mudou o modelo tributário do consumo.

“A partir do momento que terminarmos a regulamentação, vamos ter a operacionalização da reforma como um todo, que é uma fase importantíssima. E, depois, vamos ter de ver os efeitos dessa reforma, do Estado brasileiro, que a gente realmente deseja, porque é isso que determina a carga tributária. As pessoas falam assim: ‘A carga tributária é alta’. É alta porque nós definimos que temos um Estado que é pesado”, ressaltou o parlamentar no *CB.Fórum*.

Atualmente, a alíquota inicial do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual sobre o consumo, sendo um federal e outro regional, deverá ser de 26,5%, lembrou o deputado

Reginaldo Lopes (PT-MG), líder do grupo de trabalho da reforma tributária na Câmara.

Especialistas e parlamentares reconhecem que, devido às exceções na regra, o IVA brasileiro deverá ser o maior do mundo. Nesse sentido, Ribeiro recomendou muito cuidado no debate da regulamentação que está em curso. “Precisamos, como sociedade, também fazer essa discussão, para que a gente redefina o nosso país em termos de tributação”, acrescentou o deputado paraibano. Apesar de ser da mesma legenda do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o relator da PEC 45 não participa do grupo que fará a relatoria do projeto de regulamentação do novo modelo tributário.

Reginaldo Lopes, por sua vez, destacou que há “enormes desafios” na regulamentação, como detalhar todos os regimes que foram criados pela emenda constitucional. “Os regimes diferenciados, as alíquotas diferenciadas, os regimes específicos. Esse é o plano de desafio neste momento”, frisou. Segundo ele, o texto traz uma “megasimplificação” para a forma de aplicar os tributos no Brasil.

Também de acordo com o parlamentar, os Projetos de Leis



Ribeiro: foco em evitar a insegurança jurídica

Complementares (PLPs) que regulamentam a nova regra de tributação devem ser votados até a primeira semana de julho. “Acredito que a gente consegue votar na última semana de junho ou na primeira semana de julho. Até lá, vamos ter ouvido mais de 300 especialistas no GT”, assegurou.

Ele disse que a reforma tributária vai simplificar o sistema de tributação do Brasil, combater



Efraim: modelo “facilita a vida de quem produz”

fraudes e sonegação e contribuir para a melhoria da segurança pública no país.

Cuidados

Na análise de Ribeiro, alguns pontos precisam ser respeitados nos debates de regulamentação da reforma tributária pelo Legislativo, como a simplificação e o cuidado para evitar aumento na

carga tributária. “Não dá para ter numa construção de texto algo que venha, de alguma forma, a dar qualquer margem a aumento de imposto, aumento de alíquota”, acrescentou. Ele também citou a preocupação em evitar a insegurança jurídica.

Pouco antes de Ribeiro e Lopes, o senador Efraim Filho (União-PB), coordenador do grupo de trabalho da reforma

tributária no Senado, avaliou que a aprovação da reforma tributária foi uma grande “vitória” para o país e, apesar das divergências, um consenso é inquestionável: o atual modelo está esgotado. “Ele é arcaico, obsoleto, ultrapassado, só atrapalha quem quer produzir, e nos joga nas últimas posições do ranking doing business como um dos piores ambientes para se fazer negócio no mundo”, sustentou.

Efraim Filho reforçou que o novo modelo tributário “é mais simples, menos burocrático, que facilita a vida de quem produz”. Na avaliação do parlamentar, a reforma não interrompe a discussão de combate à sonegação, mas ajuda, pois permite mais transparência, e também pela simplificação.

O senador também reconheceu que a alíquota do novo IVA dual é elevada antes mesmo de entrar em vigor. Na avaliação dele, esse problema, em grande parte, ocorre devido às exceções que acabaram sendo incluídas na reforma, mas é possível, com a alternância de governos, que possa ser melhorado, e o Brasil não precisará ter o maior IVA do mundo.